

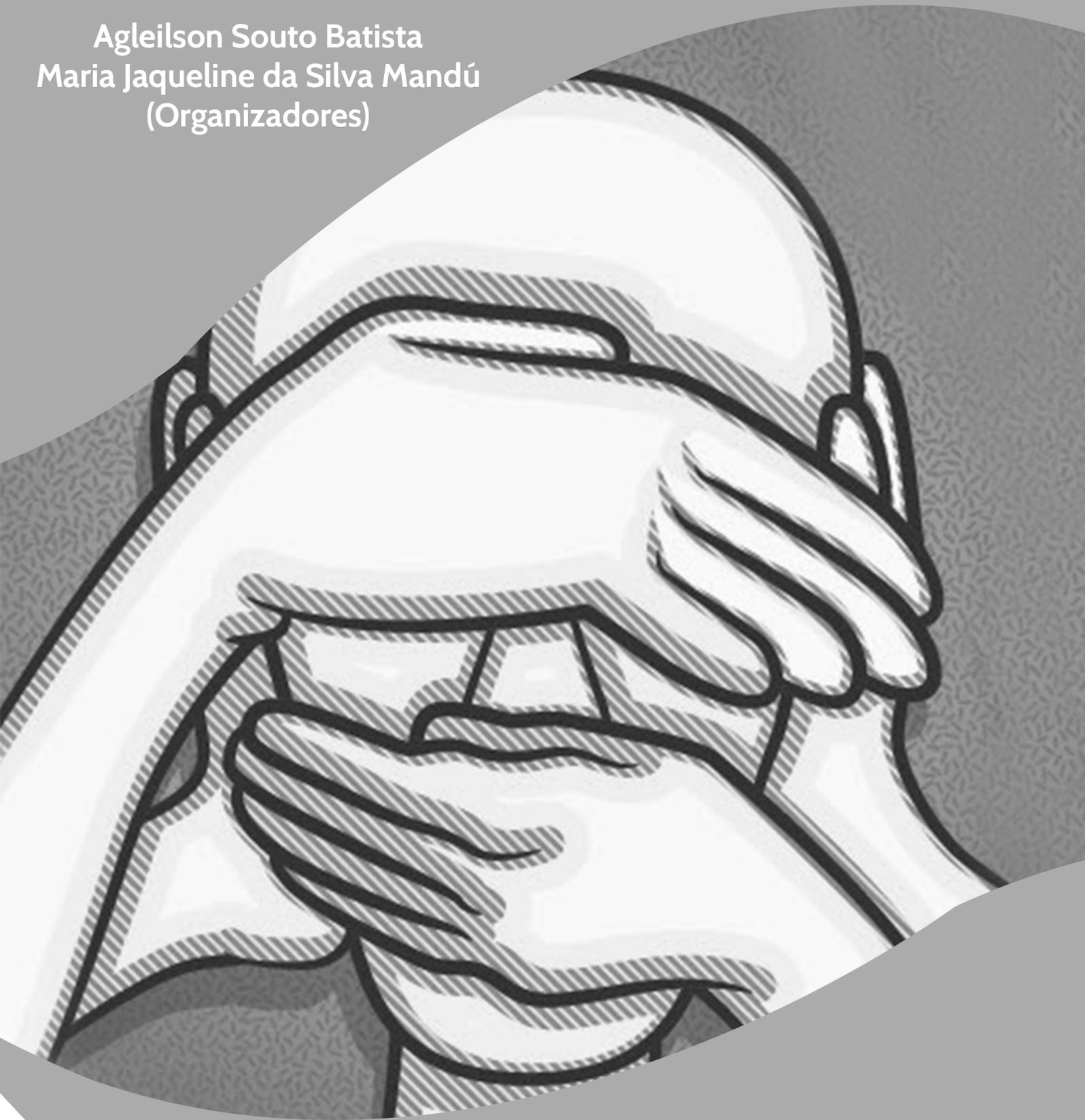
Utopias e Distopias da Ciência Política 2

Agleilson Souto Batista
Maria Jaqueline da Silva Mandú
(Organizadores)



Utopias e Distopias da Ciência Política 2

Agleilson Souto Batista
Maria Jaqueline da Silva Mandú
(Organizadores)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloí Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

U91 Utopias e distopias da ciência política 2 [recurso eletrônico] /
 Organizadores Agleilson Souto Batista, Maria Jaqueline da Silva
 Mandú. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.
 Modo de acesso: World Wide Web.
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-963-9
 DOI 10.22533/at.ed.639202701

1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciência política – Pesquisa –
 Brasil. 3. Utopias. I. Batista, Agleilson Souto. II. Mandú, Maria
 Jaqueline da Silva.

CDD 184

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo das ciências políticas é fértil e multidisciplinar posto que pode abranger diversas áreas do saber. Este livro, composto por cinco capítulos na forma de coletânea, traduz essa multidisciplinaridade ao refletir sobre as utopias e distopias da ciência política. As ideias aqui expostas por pesquisadores de diversos pontos do país cumprem a função de gerar relevante discussão acerca de temas instigantes e atuais.

No capítulo 1, intitulado ‘A IIRSA como instrumento para a consolidação brasileira no hemisfério sul-americano no pós-guerra fria’, o autor Patrick Wesley Mendes de Castro busca apresentar algumas considerações sobre as iniciativas de integração física da América do Sul à luz de uma perspectiva crítica, baseando-se em discussões oriundas da geopolítica a fim de fazer uma análise que permita ao leitor relacionar a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e os seus reais desdobramentos na prática. Ao final, conclui que, em sua concepção, o projeto foi sutil, mas alcançou seu escopo ao buscar unificar questões díspares, como comércio, integração de infraestrutura física, segurança tradicional, a necessidade de proteção da democracia, novas questões de segurança e cooperação internacional.

No segundo capítulo, ‘Democracia participativa, sistemas partidários: um estudo comparativo das cidades de Porto Alegre e Montevideu’, de autoria de Alejandro Lezcano Schwarzkopf, buscou-se identificar elementos do sistema político e do sistema eleitoral que possam limitar ou estimular a participação da sociedade civil. As dinâmicas analisadas centram-se nos Conselhos de Vizinhança (CV) de Montevideu e os Fóruns de delegados do OP de Porto Alegre (PoA). Como principais resultados, obteve-se que, na amostra brasileira, o baixo enraizamento dos partidos na sociedade pode gerar efeitos negativos para a qualidade da participação, isto é, pode aumentar as probabilidades de cooptação dos governos sobre associações e representantes de organizações populares. Já no Uruguai, os vínculos de fidelidade partidária, por parte do eleitor, são fortes e foram construídos historicamente por diferentes mecanismos, no entanto, os Conselheiros monteviduanos que aspiravam a ser políticos profissionais estavam condicionados pelo interesse do partido. Nessa perspectiva, para serem candidatos, deveriam desenvolver uma carreira dentro do partido.

O capítulo 3, denominado ‘Governança eleitoral na Paraíba: uma análise sobre impugnações de candidaturas nas eleições gerais de 2016’, de Kyev Moura Maia e Celso Fernandes da Silva Júnior, visa à análise dos principais motivos que levam à impugnação do registro de uma candidatura, por meio da avaliação de 275 decisões judiciais alusivas ao pleito eleitoral de 2016, proferidas em 1ª e 2ª instâncias no Estado da Paraíba, com base no repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral. Dentre outros fatores, chegou-se à conclusão de que a documentação incompleta, seguida da ausência de filiação partidária constituem a maior parte dos motivos que geraram impugnações eleitorais no período analisado. Além disso, encontrou-se evidências de correlação entre o número de filiados por partido político e o número de candidaturas

impugnadas pela justiça eleitoral.

No capítulo 4, ‘Estado tecnocrático: noções e contrapontos acerca da tecnocracia’, os autores Francisco Humberto Viana Silva, Geilson Silva Pereira e Tamires Almeida Carvalho investigam a relação entre o modelo de Gestão Técnica e o modelo de Gestão Política, concluindo que o estudo acerca da identificação e desenvolvimento do Estado Tecnocrático, apesar de suas especificidades, pode contribuir para a Gestão Pública Eficiente.

E, finalmente, o capítulo 5, designado ‘Os trabalhadores da cultura no Brasil: análise do perfil sócio econômico e da influência das políticas culturais em anos recentes’, de Francisco Ricardo Calixto de Souza, avalia os dados relativos aos trabalhadores da cultura no Brasil, a partir de fontes oficiais e faz uma reflexão sobre a influência das políticas culturais no processo de formalização ou não desta força de trabalho. Verificando também a composição de renda e de escolaridade desses agentes culturais, além de refletir sobre o perfil socioeconômico dos trabalhadores ligados à “indústria” da cultura no Brasil. O autor conclui que há ausência de censos específicos, que dificulta a identificação da quantidade de trabalhadores e profissionais que atuam na cultura de forma informal como freelances, em 2020. Outrossim, supõe-se que sua renda oscila de acordo com a sazonalidade e precariedade desse tipo de trabalho, que não assegura os mesmos direitos garantidos ao trabalhador com carteira assinada.

Em suma, essa coletânea convida o leitor à reflexão acerca do papel da ciência política sob diferentes enfoques, de modo a contribuir para a construção de novas perspectivas quanto ao seu papel na sociedade.

Desejamos uma excelente leitura a todos(as)!

Agleilson Souto Batista
Maria Jaqueline da Silva Mandú

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IIRSA COMO INSTRUMENTO PARA A CONSOLIDAÇÃO BRASILEIRA NO HEMISFÉRIO SUL-AMERICANO NO PÓS-GUERRA FRIA	
Patrick Wesley Mendes de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.6392027011	
CAPÍTULO 2	21
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, SISTEMAS PARTIDÁRIOS: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS CIDADES DE PORTO ALEGRE E MONTEVIDÉU	
Alejandro Javier Lezcano Schwarzkopf	
DOI 10.22533/at.ed.6392027012	
CAPÍTULO 3	33
GOVERNANÇA ELEITORAL NA PARAÍBA: UMA ANÁLISE SOBRE IMPUGNAÇÕES DE CANDIDATURAS NAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2016	
Kyeu Moura Maia	
Celso Fernandes da Silva Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.6392027013	
CAPÍTULO 4	47
O ESTADO TECNOCRÁTICO: NOÇÕES E CONTRAPONOTOS ACERCA DA TECNOCRACIA	
Francisco Humberto Viana Silva	
Geilson Silva Pereira	
Tamires Almeida Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.6392027014	
CAPÍTULO 5	56
OS TRABALHADORES DA CULTURA NO BRASIL: ANÁLISE DO PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E DA INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM ANOS RECENTES	
Francisco Ricardo Calixto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6392027015	
SOBRE OS ORGANIZADORES	69
ÍNDICE REMISSIVO	70

A IIRSA COMO INSTRUMENTO PARA A CONSOLIDAÇÃO BRASILEIRA NO HEMISFÉRIO SUL-AMERICANO NO PÓS-GUERRA FRIA

Data de aceite: 20/01/2020

Patrick Wesley Mendes de Castro

Aluno do segundo ano do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI-UFSC), com bolsa CAPES. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: patrickwesleymendes@hotmail.com.

RESUMO: Com o desmantelamento da Guerra Fria, o conceito de segurança perdeu sua ligação direta com a bipolaridade econômica entre o capitalismo e o socialismo e assumiu, assim, outros sentidos ao ter se ampliado para englobar outros elementos, como a integração física. Na prática, isso pôde ser percebido através da tentativa brasileira em garantir maior autonomia na América do Sul mediante a sua política externa, que lhe permitiu assumir um papel de liderança ao coordenar a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) como resposta às transformações geopolíticas da conjuntura do período. Sendo assim, este trabalho apresenta algumas considerações sobre as iniciativas de integração física da América do Sul à luz de uma perspectiva crítica. Tal estudo

baseia-se em algumas discussões oriundas da geopolítica a fim de fazer uma análise que nos permita relacionar a IIRSA *per se* e os seus reais desdobramentos na prática.

PALAVRAS-CHAVE: IIRSA; Integração Regional; Geopolítica; América do Sul; Brasil;

1 | INTRODUÇÃO

Com o fim da Guerra Fria, em 1990, e o consequente fim da bipolaridade econômica entre o capitalismo e o socialismo, os fatores segurança e distribuição do poder político-militar perderam correspondência com a simples luta pelo fim do socialismo. Impõe-se, assim, discutir os desafios colocados para o Brasil no que tange aos alcances e limites das diferentes – e, em alguns casos, divergentes – propostas de estabelecimento de uma maior autonomia no hemisfério sul-americano.

Sendo assim, considerando, de um lado, a redefinição do conceito de segurança com o fim da Guerra Fria, e, de outro, a tentativa brasileira por uma atuação mais internacionalizada, o problema central deste artigo está em analisar como a integração da América do Sul como espaço geopolítico no período pós-Guerra Fria deu origem à Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Em termos gerais, adotamos a hipótese de que a IIRSA foi concebida por uma iniciativa brasileira, em 2000, mediante sua política externa, com o intuito de responder aos constrangimentos impostos pelo fim da Guerra Fria desde 1990. Sua criação está diretamente relacionada a um conjunto de fatores conjunturais e estruturais, internos e externos. Tais fatores, no entanto, encontraram-se sob impacto das transformações advindas de uma redefinição da questão de segurança em âmbito internacional e, conseqüentemente, em âmbito regional, bem como da crise do complexo regional de segurança sul-americano. De igual modo, também consideramos a tentativa brasileira em utilizar a IIRSA como um instrumento capaz de permitir a criação de um regime internacional na América do Sul pari passu à pretensão do Brasil em consolidar sua autonomia a partir deste projeto de integração.

A partir disto, o objetivo deste trabalho é analisar a criação da IIRSA como sendo uma iniciativa brasileira em responder aos constrangimentos impostos ao sistema internacional com o fim da Guerra Fria e, ao fim e ao cabo, como um instrumento que permite ao Brasil consolidar uma maior autonomia na região sul-americana mediante o estabelecimento de um regime internacional.

O trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira, dedicaremos à contextualização geopolítica do sistema internacional após a década de 1990, demarcada pelo fim da Guerra Fria, precisando as leituras e interpretações de Vigevani e Cepaluni (2007), Vigevani e Mariano (2005), Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), Keohane e Nye (1989), Vitte (2006), David Harvey (2004), Fuccille e Pereira (2014), Buzan e Wæver (2003) e Ikenberry (2001).

Na segunda, examinaremos, à luz dos autores supracitados e dos arcabouços teóricos de Fonseca Jr (1998), Araújo Castro (1982), Cardozo e Miyamoto (2006), Lafer (2001), Hermann (1990) e Amorim (2005), as diretrizes da política externa brasileira do período FHC (1995 a 1998 e 1999 a 2002) e do primeiro governo Lula (2003 a 2006), enfatizando os elementos concernentes à integração e à relação brasileira com a América do Sul, apoiando na perspectiva do Complexo Regional de Segurança (CRS), de Buzan e Wæver (2003).

Na terceira seção, faremos uma abordagem sobre a IIRSA, destacando seus antecedentes e objetivos, tais como disponibilizados em sua plataforma oficial¹ e no seu Plano de Ação (IIRSA apud PAIM, 2003) elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a partir de uma perspectiva analítica crítica.

Na quarta, utilizaremos o aporte teórico da teoria da interdependência complexa e da vertente neofuncionalista, elucidadas por Keohane (2005), Ruggie (1975), Krasner (1983), Haas (1961), respectivamente, e por Flesher (2010) e Burges (2008), para tratarmos a IIRSA como um regime internacional criado pela iniciativa brasileira com fins para o Brasil.

Por fim, na quinta parte, buscamos realizar uma leitura crítica acerca das

¹ A plataforma oficial da IIRSA pode ser acessada pelo site www.iirsa.org.br.

verdadeiras pretensões da IIRSA em relação ao capital a partir de sua visão economicista, tal como discorrido pela Rede Brasil (2004) e por Vitte (2006).

2 | CONTEXTUALIZAÇÃO DA DINÂMICA SISTÊMICA NO PÓS-GUERRA FRIA

Ainda na década de 1980, o contexto político-econômico do Brasil foi caracterizado pela crise do modelo nacional-desenvolvimentista até então adotado pelo país, que se baseou na existência de um Estado que se queria forte, empreendedor e protecionista, alicerçado em uma política econômica de substituição de importações. No entanto, esse modelo entrou em declínio no final da década de 1970, de modo que nos anos 1980 não mais conseguiu responder à forte instabilidade econômica, agravada, em última instância, pela crise da dívida externa e pelos choques do petróleo, cujas consequências perduraram na América Latina até meados da década de 1990 (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Diante deste contexto de instabilidade econômica e política e, conseqüentemente, à demanda por reformas democráticas no país advindas de crescentes setores das elites e da classe média, deu-se início à fase de transição para a democracia no país, que perdurou ao longo do governo Sarney. A partir disso, ampliou-se a percepção da crise do Estado e de seus próprios fundamentos, o que atingiu a política internacional do Brasil, particularmente as relações econômicas com o mundo exterior no que se refere aos fluxos de investimentos, financeiros e de comércio (Ibid, 2007).

Com as mudanças internas e internacionais decorrentes do fim da Guerra Fria e diante das transformações em curso, a política externa brasileira não manteve as mesmas diretrizes do período anterior. Passou-se a buscar uma nova forma de dialogar com o mundo, por intermédio de estratégias engendradas em áreas centrais do governo, especialmente pelos Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores. Desse modo, nos anos 1990, a política externa adquiriu notável destaque, dada a ênfase atribuída, principalmente, aos processos de integração regional e às negociações multilaterais (VIGEVANI; MARIANO, 2005, p. 14).

Na década de 1990, segundo a teoria da interdependência complexa (cf. Keohane e Nye, 1989), pareceram ganhar mais relevância na arena internacional questões econômicas, comerciais, ambientais, de competitividade, fluxos tecnológicos, investimentos, direitos humanos e sociais e fluxos financeiros. Além disso, ressaltou-se temas que compõem o *soft power* de um país, caracterizando uma mudança nas relações internacionais. Ademais, a dinâmica sistêmica também foi estimulada pela emergência de novas formas de estruturação da economia internacional, na fase chamada de globalização² (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

³ Do ponto de vista do Brasil, isso significava que “a importância relativa de cada país passa[va] a ser medida menos por seu peso militar ou estratégico, e mais por sua projeção econômica, comercial, científica ou cultural” (Abdenur, 1994, p.3) (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

Boaventura de Sousa Santos, ao discorrer sobre a ideologia que fundamenta a globalização, elucida a tentativa de seus defensores em alegar que ela tem um impacto uniforme e positivo em todas as regiões do mundo, e que ele é interdependente, podendo-se esperar pelo fim do “Sul”. Porém, para Sousa Santos, este anúncio do fim do Sul é resultado de uma mudança de sensibilidade sociológica, a qual pode ser compreendida como um “esquecimento”, ou, conforme Fernando Henrique Cardoso, como uma “condenação à irrelevância” (VITTE, 2006).

É questionado, no entanto, se no cenário internacional a América Latina está condenada à irrelevância. Como resposta contrária a isso, David Harvey assinala em seu livro *O Novo Imperialismo* (2004) que o subcontinente ressurgiu como área de interesse na acumulação de capital, mas em uma outra ordem de dominação da atual fase do capitalismo, marcada pela privatização dos recursos naturais e pela privatização dos serviços públicos em todo o mundo, provocando a emergência de uma acumulação por despossessão ou espoliação.

De modo contrário aos teóricos da interdependência complexa que defendiam a relativa perda de importância da questão de segurança ao fim da Guerra Fria, Fuccille e Pereira (2014) trazem para a discussão a dinâmica do Complexo Regional de Segurança (CRS) sul-americano e analisam seus impactos para as amplas áreas de segurança e defesa na região⁴. A princípio, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança é desenvolvida dentro da chamada Escola de Copenhague, e busca compreender as questões de segurança internacional a partir de um enfoque regionalista, e tem como principais expoentes Buzan e Wæver (2003). À luz disso, Fuccille e Pereira afirmam que o fim da Guerra Fria, a intensificação do processo de globalização e o que se convencionou chamar novas ameaças⁵, como o terrorismo e o narcotráfico, trouxeram à tona a crise de um modelo de segurança hemisférico que há tempos já apresentava problemas.

É possível, ainda, segundo seus formuladores, que os CRS apresentem os chamados subcomplexos regionais de segurança. Uma constelação de segurança se refere àquela que alia quatro níveis de análise: doméstico, Estado-Estado, entre regiões e o papel de potências externas (FUCCILLE; PEREIRA, 2014). Diante disso, vale ressaltar o que Buzan e Wæver afirmam em relação a isso, de que

(...) um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 44).

4 Segundo Moniz Bandeira, “após o esbarrondamento da União Soviética e de todo o Bloco Socialista, o terrorismo e o narcotráfico configuraram os novos inimigos a combater, porquanto não mais havia outro Estado ou bloco de Estados com capacidade de desafiar e por em risco sistema econômico, social e político dos Estados Unidos, cuja força militar se tornara, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a única no mundo a ter como principal missão, não a defensiva, mas a ofensiva, não a de guardar as fronteiras nacionais, mas a de projetar seu poder sobre todos os continentes, nos quais instalou comandos militares, que caracterizam o domínio imperial” (BANDEIRA, 2010, p. 13).

5 Sobre a discussão das novas ameaças, também chamadas de conflitos de quarta geração ou guerra irregular complexa, ver International Institute for Strategic Studies (2007) e Cordesman e Kleiber (2006).

No que se refere ao CRS sul-americano especificamente, portanto, Buzan e Wæver (2003) categoriza-o como padrão, e exhibe dois subcomplexos relevantes: o Cone Sul e o Norte-Andino. Após a Guerra Fria, passa a predominar uma maior estabilização na região devido à tendência de distanciamento de radicalismos, do controle político dos militares, com destaque especial para os processos de integração regional. O que se apresenta como importante, nesse período, é a segurança cooperativa, cujo foco estava associado a ameaças externas, direcionando o combate para um inimigo interno.⁶

À luz disso, Fuccille e Pereira (2014) sustentam que

(...) a crescente erosão da legitimidade do modelo de segurança coletiva da Guerra Fria, confirmado por exemplos como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a Junta Interamericana de Defesa (JID) e até a própria Organização dos Estados Americanos (OEA), combinada a um crescente desengajamento dos EUA na região, bem como novas prioridades por parte do Departamento de Estado norte-americano pós-11 de setembro de 2001, acabaram por consolidar um imaginário na América do Sul de espaço geográfico possível e passível de desenvolver políticas mais independentes, advindas de uma maior margem de autonomia (FUCCILLE; PEREIRA, 2014, p. 86).

Ikenberry (2001), examinando os assentamentos do pós-Guerra Fria na história moderna, defende que é evidente que os países poderosos buscam construir relações estáveis e cooperativas com os demais, mas que, ainda assim, o tipo de ordem que emerge depende da sua capacidade de assumir compromissos, de um lado, e de restringir poder, de outro. Diante disso, o autor assegura que apenas a partir da expansão da democracia e da utilização inovadora de instituições internacionais no século XXI, foi possível estabelecer uma ordem que não se restringisse a políticas de balanço de poder. Entre tais instituições, destacamos aqui a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana, mais conhecida como IIRSA, pois ela constituiu-se como um instrumento que permitiu aos Estados exercerem restrições estratégicas, direta ou indiretamente. Além disso, por meio da IIRSA, os Estados puderam estabelecer relações relativamente mais estáveis entre as demais democracias, apesar das rápidas, dinâmicas, constantes e díspares mudanças relativas a seus poderes.

Assim sendo, nos anos 1990, especialmente durante os oito anos de administração FHC, que serão analisados concisamente mais adiante, tornou-se perceptível uma evolução da política externa brasileira em direção ao paradigma da autonomia pela integração. FHC moldou uma política que se caracterizaria pela busca de “relações externas universais, sem alinhamentos ou opções excludentes, com vistas a preservar a autonomia [pela integração] do país na sua atuação internacional” (Mello, 2000, p. 92). Nesse contexto, a questão da segurança passou a assumir novos temas, tais como a integração física do espaço regional, a criação e operacionalização de instituições e a busca pela estabilidade na região, de forma a conciliá-los (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). Essa consideração é elemento-chave para compreender

⁶ Essa noção de segurança coletiva se contrapunha à agenda imposta pelos EUA, em especial na Colômbia, na Guerra contra as Drogas (BUZAN; WÆVER, 2003).

a concepção da IIRSA frente aos novos constrangimentos sistêmicos pós-Guerra Fria.

Portanto, a ampliação do conceito de segurança, que a partir dos anos 1990 engloba a noção de integração física, é traduzida anos mais tardes, na estimulação e concepção da IIRSA. Desde 2000, ela foi sendo constituída como uma tentativa de integração dos meios de transportes, fontes de energia e redes de telecomunicações com vistas à organização do espaço do subcontinente. Tal projeto se deu a partir de um plano de integração desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em que foram registrados os principais problemas que dificultam o comércio na América do Sul. A partir disso, foram realizadas as propostas para otimizar as trocas internacionais, tendo como referência os chamados eixos de integração e desenvolvimento, recortados considerando os maiores fluxos de intercâmbios e as potencialidades econômicas a serem desenvolvidas (VITTE, 2006).

Nesse sentido, feito uma breve contextualização da dinâmica sistêmica no período pós-Guerra Fria à luz de algumas vertentes teóricas que versam sobre isso, o principal objetivo deste trabalho é buscar analisar a concepção da IIRSA, estimulada pela iniciativa do governo brasileiro mediante sua política externa a partir dos anos 2000, como sendo uma resposta dada pelo Brasil às transformações geopolíticas da conjuntura internacional do período pós-Guerra Fria, que, por sua vez, provocou reflexos na região sul-americana.

3 | PREMISSAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA RELATIVAS À INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

É indiscutível que as relações com os países da América do Sul são constitutivas do Estado brasileiro e marcaram o conjunto de sua política exterior nos séculos XIX e XX. Assim sendo, analisaremos adiante as diretrizes componentes da política externa brasileira dos governos de FHC e Lula da Silva a fim de ilustrar os anseios brasileiros em exercer maior autonomia no hemisfério sul-americano, a qual será permitida e aplicada, como defendemos e mostraremos mais adiante, pela IIRSA.

3.1 Governo Fernando Henrique Cardoso

De modo suficientemente geral, as diretrizes da política externa brasileira nos dois mandatos de FHC seguiram parâmetros tradicionais: o respeito ao direito internacional, a defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção, o pacifismo e o pragmatismo como eficaz e necessário à defesa dos interesses do país. Assim, analisando o processo de redefinição da política externa brasileira no período FHC (1995 a 1998 e 1999 a 2002), a hipótese central é a de que ao longo dos oito anos de governo, prevaleceu a busca pela substituição da agenda reativa da política externa brasileira. Se anteriormente ela se baseava na lógica da autonomia pela distância na maior parte do período da Guerra Fria, agora adotava-se uma agenda internacional proativa, assegurada na lógica da autonomia pela integração (VIGEVANI; OLIVEIRA;

CINTRA, 2003).

Dessa maneira, a partir da nova concepção do governo, o Brasil passou a exercer maior controle sobre o seu destino e a resolver melhor seus problemas internos por meio da participação ativa referente à elaboração das normas e das pautas de conduta da ordem mundial (Fonseca Jr., 1998, pp. 363-374). Assim, a diplomacia brasileira passaria a contribuir para a consignação de um ambiente favorável ao seu desenvolvimento a partir da participação ativa na organização e na regulamentação das relações internacionais, de fato (Ibid, 2003).

Neste sentido, podemos afirmar que nos anos FHC permaneceu constante a busca por organizações e regimes internacionais com vistas ao fortalecimento de um sistema internacional mais institucionalizado. Esta foi uma mudança notada em relação ao padrão de política exterior, formulado por Araújo Castro (1982), haja vista que, anteriormente, o Brasil era decididamente resistente à consolidação de instituições e regimes, que congelariam a hierarquia de poder existente na época da Guerra Fria. Uma vez diante do novo ambiente internacional, agora dominado pela grande potência estadunidense, e no qual o poder do Estado brasileiro debilitou-se em termos relativos, a perspectiva institucionalista tornou-se favorável aos interesses brasileiros, pois promovia o respeito às regras do jogo internacional, as quais se acreditava que, uma vez estabelecidas, deveriam ser respeitadas por todos, inclusive pelos países mais poderosos. Além disso, no contexto da América do Sul, uma relação de poder mais favorável estimularia uma inserção universal do tipo de *global player* (Ibid, 2003).

Analisando os desdobramentos reais do governo FHC a partir da sua operacionalização e da sua influência nos resultados de negociações, a retórica do fortalecimento das relações com a América do Sul constituiu-se nos oito anos de governo como eixo central da política externa. Isso promoveria, entre os temas da agenda que se mantiveram constantemente presentes, o fortalecimento da capacidade negociadora do país caso uma maior integração sul-americana se efetivasse, como ocorreu, de fato, no governo Lula com a consolidação da IIRSA (Ibid, 2003).

3.2 GOVERNO LULA

Tal como Cardozo e Miyamoto (2006, p. 3) asseveram, algumas diretrizes do “Pragmatismo Responsável” de Geisel (1974-1978), tais como ampliar laços com países do Sul e afirmar autonomia frente às grandes potências, tanto bilateralmente como em instituições internacionais, são retomadas pela política externa do governo Lula da Silva, a considerar a IIRSA.

Comparando com a de FHC, a política externa de Lula da Silva exprime elementos de “mudança dentro da continuidade” (LAFER, 2001, p. 108) ou simplesmente, como defendemos, de ajustes e de mudanças de programa (HERMANN, 1990). A administração de Lula da Silva não se afastou do princípio, historicamente incorporado na diplomacia brasileira, de que a política externa é um instrumento que permite alcançar o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a preservação

e o crescimento da autonomia do país. Ainda que haja mudanças de ideias, e mesmo de estratégias, para manejar os problemas e objetivos que são colocados pela história, pela posição e pelo destino, não se modificou essencialmente os existentes há muito para o Brasil (ver Tabela 1) (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A análise das posições governamentais aponta, de modo visível, o que é criticado pelos opositores e defendido aqui neste trabalho, isto é, que Lula da Silva buscou parceiros estratégicos no Sul com vistas a obter maior poder de barganha no que se refere às negociações internacionais. Neste caso, entendendo a lógica da ordem internacional, Ikenberry (2001, p. 57) sustenta que “a barganha pode estar relacionada a resultados distributivos. Para ele, o Estado, entre os demais, luta pela distribuição de benefícios em relações específicas”.⁷

Temas Importantes da Agenda da Política Externa Brasileira Contemporânea	A Idéia de “Autonomia pela Participação” do Governo FHC	A Idéia de “Autonomia pela Diversificação” do Governo Lula da Silva
Integração Latino-americana	O tema da integração regional é central na agenda brasileira desde a democratização do país em 1985. Na administração FHC, o processo de integração regional era visto como um instrumento com o qual o Brasil poderia disputar um espaço político e econômico maior no mundo.	O governo Lula da Silva mantém o interesse pelo Mercosul, acentuando fortemente o peso do projeto da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa). Há uma ênfase retórica e desenvolve-se a IIRSA. A integração estaria no topo da agenda do país. Na administração Lula da Silva, busca-se manter equilíbrio nas relações com os países da região para capitalizar a aparente convergência em relação à integração e evitar agravar situações potencialmente conflituosas.
Liderança Brasileira	O governo FHC acreditava que a liderança não se proclama, ela deve ser exercida. Nesse sentido, o tema não recebia muito destaque em sua gestão.	A administração Lula da Silva colocou não ostensivamente o tema no debate político brasileiro. O desejo de obter um papel de destaque na região e entre os países em desenvolvimento foi introduzido e, em parte, tem se constatado uma maior cobrança por parte dos países sul-americanos em relação ao Brasil.

Tabela 1 - Principais diferenças e Semelhanças entre as Políticas Externas de FHC e Lula da Silva

Fonte: VIGEVANI; CEPALUNI (2007, p. 323-324).

⁷ Para mais informações, consultar Stephen D. Krasner, “Global Communications and National Power: Life on the Pareto Frontier”, *World Politics*, Vol. 43 (April 1991), pp. 336-66.

4 | A INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

No que diz respeito à reafirmação de uma identidade própria da América do Sul como região, Moniz Bandeira (2010) ressalta que

A vocação da América do Sul é a de ser um espaço econômico integrado, um mercado ampliado pela redução ou eliminação das dificuldades e obstáculos ao comércio, e pelo aperfeiçoamento das conexões físicas em transportes e comunicações. Não se trata, portanto, de América Latina, mas da América do Sul, uma região geograficamente definida, reconhecida pelos presidentes no Comunicado Conjunto, como uma região com características específicas que a distinguiam no cenário internacional e que as suas peculiaridades e a contiguidade geográficas criavam uma agenda comum de desafios e oportunidades.

Já em relação à integração brasileira sul-americana especificamente, Fuccille e Pereira (2014) afirmam que

neste século, marcado pela emergência de governos nacionais progressistas e/ou à esquerda na região – ainda que caracterizados por uma não desprezível heterogeneidade –, importantes alterações na agenda internacional pós-11 de setembro, crescentes reveses em diversos campos e um declínio relativo estadunidense no sistema internacional, bem como a retomada russa, o espetacular crescimento chinês e seu desembarque por estas paragens acabaram por instaurar um novo quadro completamente distinto do que tivemos por décadas. Dentro dessa nova realidade é que se encaixa a possibilidade de reconfiguração de um CRS sul-americano (FUCCILLE; PEREIRA, 2014, p. 87).

De modo coeso à ideia supracitada, Buzan e Wæver (2003) mostram que “a reorientação do CRS da América do Sul, a partir de então, começa a incorporar uma reestruturação das forças de defesa. Por conta disso, o padrão de securitização reforça a cooperação entre os países” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 338).⁸ Em outras palavras, isso significa que conjuntura securitizada incentiva a criação de instituições a fim de evitar conflitos militares na região.

Na prática, é nesse sentido que, em meados de 2000, no âmbito da I Cúpula Sul-americana realizada em Brasília, por iniciativa do então presidente Fernando Henrique Cardoso, começa a se delinear a necessidade de um maior adensamento das relações dos países da região. Se geografia é destino, como difundido na geopolítica, o Brasil e seus vizinhos pareciam estar despertando de um longo período de letargia e inação, ciosos da necessidade de pactuarem uma agenda comum.⁹ Assim é que, ao longo

8 Para os autores, o velho pensamento geopolítico que criou cenários ameaçadores entre os estados sul-americanos foi amplamente abandonado, de maneira que as principais ameaças atualmente dizem respeito à concorrência econômica global - especialmente para o Brasil, mas com alguma ressonância na maioria dos outros países – e a necessidade de enfrentar os EUA, ainda que de forma cooperativa. Até porque para o relacionamento com o país norte-americano ser relativamente bom, é necessário ser forte o suficiente para influenciá-lo, ou seja, obter um melhor esquema para a guerra contra as drogas e ser influente nas negociações sobre o NAFTA.

9 Tal como explicita Luccille (2013), “tal tentativa, ainda que não constitua propriamente uma novidade quando olhamos retrospectivamente a história do subcontinente, recentemente ganha novos contornos a partir do esforço – da perspectiva brasileira – iniciado com o presidente Cardoso, aprofundado pelo presidente Lula da Silva e reiterado pela presidenta Rousseff. O Brasil optou por apostar em um tipo de amálgama, alicerçado na integração física (via Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana - IIRSA), tendo por finalidade a promoção do desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicações. São mais de quinhentos projetos a um custo estimado de cerca de US\$ 120 bilhões”. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/index.asp?CodIdioma=ESP>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

dos primeiros dez anos do século XXI, as reuniões aumentaram de periodicidade em consonância à reflexão e implementação de novos arranjos institucionais (FUCILLE, 2014).

Desse modo, somado ao antecedente que engendrou a política do governo Lula da Silva, tão importante também foi a reunião de chefes de Estados da América do Sul realizada em agosto/setembro de 2000, em Brasília, da qual resultaria a IIRSA, com participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A partir dessa reunião, e de um segundo encontro realizado ainda no governo FHC, em 2002, surgiu a estratégia política, que tomou corpo no governo Lula da Silva, para a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), na qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil se engajou, possibilitando uma maior chance de sucesso nas negociações (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 310).

Amorim (2005, p. 2) demonstra claramente a perspectiva do governo. Conforme o ex-ministro,

de 2003 para cá, concluímos o acordo, entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN), e concebemos e impulsionamos diversos projetos para a integração da infraestrutura, em transportes, comunicações e energia. Essa integração física [...] constitui parte essencial do projeto de desenvolvimento do próprio Brasil. A aprovação, por exemplo, de financiamento do BNDES no valor de US\$400 milhões para a ligação rodoviária do Acre ao Pacífico, via Peru, tem significado histórico e econômico sem precedentes, não apenas para a integração regional, como também para o progresso do Oeste brasileiro.

Isso traduz a intenção brasileira, que é desenvolver relações cooperativas com todos os países da região conforme sua capacidade, ativismo e recursos a fim de guiar processos de integração regional.¹⁰

Em paralelo, a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva traria mudanças relevantes não apenas internas como também externas, considerando a dimensão de maior *player* regional e as dimensões que o Brasil possui.¹¹ O país passa a buscar por articulações a fim de superar as diferenças de forma e conteúdo entre os 12 membros da iniciativa, além de sepultar a ideia de que tal instrumento pretendia consolidar a hegemonia brasileira na região.¹²

5 | A IIRSA: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SUA PROPOSTA

Em 2000, então, foi realizado em Brasília um encontro de presidentes dos países sul-americanos, denominada Cúpula de Presidentes da América do Sul. A reunião tinha como um dos objetivos “estimular a organização do espaço sul-americano a

10 Todos os governos brasileiros, a partir de 1985, anunciaram que o ponto cardeal das relações internacionais do país é o acordo estratégico com a Argentina, afirmação contida nos textos diplomáticos e nas declarações conjuntas dos chefes de Estado (GUIMARÃES, 1999, p.128). Os governos brasileiros asseguram que a Argentina é um ator fundamental para qualquer processo de integração da região.

11 A despeito das questões de segurança e do tratamento diferenciado que estas receberam ao longo dos dois mandatos do presidente Lula, sugiro Villa e Viana (2010).

12 Pode ser visto em Vigevani e Ramanzini Jr (2010) um contraponto interessante sobre como a inserção brasileira foi pensada desde a década de 1950 até os dias atuais. No que se refere à discussão em torno da ideia de liderança brasileira, consultar Danese (2009).

partir da contiguidade geográfica, da identidade cultural, e dos valores compartilhados dos países vizinhos sul-americanos” (IIRSA *apud* PAIM, 2003).

Como já mencionado em linhas anteriores, tal encontro foi uma iniciativa do então Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, com o intuito de reunir os chefes de Estado dos 12 países do subcontinente para instituírem um fórum de discussão relativo ao futuro da América do Sul. Para isso, adotou-se uma perspectiva de longo prazo para a fixação de estratégias e ações concretas e operativas para resolução das necessidades mais imediatas (VITTE, 2006).

As estratégias para integrar a região foram elaboradas analisando e considerando a localização das principais riquezas naturais do hemisfério sul-americano e os modos como poderiam ser utilizadas, além da infraestrutura necessária para seu devido aproveitamento. Atentou-se às oportunidades de integração física mais evidentes, considerando as oportunidades mais proveitosas de integração física, o fortalecimento das cadeias produtivas competitivas, e a redução de custos.

No que se refere aos eixos de integração e desenvolvimento¹³, a plataforma da IIRSA não disponibiliza uma definição de eixos de integração disponível. Ao invés disso, são apenas listados e caracterizados os 12 eixos que a iniciativa engloba. Em uma janela com animação, lê-se que a América do Sul é um território cheio de oportunidades, em territórios geográficos isolados, como o istmo centro-americano, a Selva Amazônica, o rio Amazonas, a Cordilheira dos Andes e o Pantanal. A mensagem segue dizendo que tais áreas isoladas configuram cinco zonas: Cornisa Andina, Plataforma do Caribe, Enclave Amazônico, Enclave Sul-Amazônico e Plataforma Atlântica. Tais zonas são listadas inexplicavelmente quanto aos critérios definidores. Na sequência, é discorrido que o objetivo primordial da IIRSA é buscar criar pontes e unir esses territórios com vistas a se alcançar um fim comum: a criação de uma plataforma logística que insira a América do Sul na economia global, incrementar o comércio regional, estimular a integração de cadeias produtivas para uma inserção mais competitiva nos mercados mundiais e desenvolver espaços isolados.

O principal desafio para a América do Sul declarado pela IIRSA, por meio de seu Plano de Ação, que foi coordenado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), CAF (Corporação Andina de Fomento) e FONPLATA (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata), juntamente com os ministros dos setores de infraestrutura do subcontinente, está associado à dificuldade de se alcançar um ritmo de crescimento sustentável, estável, eficiente e equitativo. Tal ritmo de crescimento, portanto, seria resultado de processos produtivos pautados na tecnologia do conhecimento e cada vez mais dependentes da exploração de recursos naturais, o que só pode ser garantido a partir de um crescimento genuíno da produtividade e da competitividade (IIRSA, 2004).

¹³ Para a consulta das diferentes definições dos conceitos eixos de integração e desenvolvimento, sugiro PAIM (2003) e NASSER (2000).

Desse modo, dentre os objetivos mais importantes adotados pela IIRSA, tal como disponibilizado em seu sítio oficial (IIRSA, 2017) estão:

a) desenhar uma nova infraestrutura, com visão mais integral; b) enquadrar os projetos nos moldes de um planejamento estratégico, a partir da identificação dos eixos de integração e desenvolvimento regionais; c) modernizar e atualizar os sistemas regulatórios e institucionais nacionais que regem o uso da infraestrutura; d) harmonizar as políticas, planos e marcos regulatórios e institucionais entre os Estados; e) valorizar a dimensão ambiental e social dos projetos; f) melhorar a qualidade de vida e as oportunidades das populações locais nos eixos de integração regional; g) incorporar mecanismos de participação e consulta; h) desenvolver novos mecanismos regionais para a programação, execução e gestão de projetos; i) estruturar os esquemas financeiros, para adaptá-los à configuração específica de riscos de cada projeto.

Estas ações básicas do plano enfocam três aspectos, sendo eles: 1) coordenação de projetos e investimentos; 2) compatibilização dos aspectos regulatórios e institucionais e; 3) mecanismos “inovadores” de financiamentos públicos e privados. Segundo Vitte (2006), no entanto, essas mesmas diretrizes poderiam ser “traduzidas” para: 1) ingerência das organizações multilaterais na autonomia nacional, ao definir prioridades, sob o discurso do uso de práticas de governança; 2) redução da regulação estatal e internacionalização dos Estados nacionais e; 3) difusão de parcerias público-privadas (PPPs), muitas vezes com a absorção de custos e de perdas por parte dos parceiros públicos (VITTE, 2006).

Tais normas ainda transparecem uma visão de integração fundamentada quase que exclusivamente ou pelo menos intencionalmente na lógica mercadológica, no qual o principal objetivo é buscar oportunidades em um subcontinente cujo potencial é visto como subutilizado em termos de investimentos lucrativos para capitais privados. Isso é perceptível em diversas passagens do documento, tal como no exemplo em que é defendida a necessidade de buscar “maior eficiência de investimentos”; que “a regulação deve ser feita baseada em critérios técnicos e econômicos” (sem ênfase no político); que as agências devem, de modo prioritário, incentivar os projetos que atendam as características e preferências dos mercados de capitais e os projetos que constituam oportunidades comerciais, cujos riscos e benefícios sejam compartilhados pelos setores público e privado (Ibid, 2006).

Em se tratando da dimensão social dos resultados esperados, Vitte (2006) afirma que bastam poucas linhas: “serão buscadas obras de infraestrutura que gerem maior quantidade possível de impactos locais de desenvolvimento, evitando que sejam apenas corredores entre os mercados principais”. Assim, a definição e a seleção de projetos serão feitas a partir da busca em utilizar “mecanismos que façam efetiva a participação e contribuição ativa das comunidades envolvidas e do *setor privado* interessado no financiamento, construção e operação de tais projetos” (BID/CAF/FONPLATA, 2000, grifo nosso).

Ess mesmo documento ainda orienta os países a assumirem o compromisso de promover a participação das instituições de financiamento nos processos de decisão.

Os governos, no entanto, devem facilitar os mecanismos de tomada de decisões mediante um processo de interação ágil e flexível entre os governos e as entidades multilaterais, sendo que estas devem participar ativamente da direção executiva, junto com representantes dos governos nacionais (Ibid, 2006).

Ademais, outro ponto aqui defendido associa-se ao fato de que a incorporação dos organismos multilaterais nos mecanismos de tomada de decisões, em um compartilhamento de poder nas práticas regulatórias do governo, isto é, na governança, atua como um agente que, antes de tudo, se preocupa com a rentabilidade dos investimentos e não necessariamente com o seu alcance social.¹⁴

A partir desse ponto de vista, percebemos que a integração idealizada nessa iniciativa, desde o início, procurou promover o aumento da “fluidez” do território que, ao fim e ao cabo, facilitaria o escoamento dos recursos naturais e dos principais produtos da pauta de exportação dos principais países da região. Tudo isso, para Vitte (2006, p. 35), “sem considerar os impactos ambientais e sem uma ampla discussão com a sociedade, mas com um forte apoio das agências multilaterais de fomento”.

Mais uma vez, conforme Buzan e Waever (2003, p. 338) asseveram, “o padrão de securitização reforça a cooperação”. Como assumido na hipótese deste trabalho, que mais se traduz no esforço ou na tentativa de fundamentar a análise em questão, considerando seus alcances e limites, a IIRSA se manifesta, neste sentido, como um claro instrumento de cooperação e, sobretudo, de integração regional que é regida por um regime internacional que ela própria concebeu. Além disso, ela se constitui como uma consequência do padrão de segurança sul-americano do período pós-Guerra Fria que viabiliza o funcionamento do seu regime criado.

Para maior esclarecimento acerca do modo como isso se dá, é de relevância que se coloquem em voga contribuições de autores tidos como clássicos em Relações Internacionais, cabendo destacar, ainda brevemente, alguns conceitos correlatos à temática deste trabalho que auxiliam na compreensão da possibilidade e da dinâmica da ocorrência do regime internacional criado pela IIRSA.

6 | O BRASIL NA TENTATIVA DE ESTABELECEER UM REGIME INTERNACIONAL E CONSOLIDAR SUA HEGEMONIA?

Um dos conceitos que auxilia a balizar a tentativa de correlação do assunto, indubitavelmente, é o de “regimes internacionais”, utilizado por Keohane (2005), mas derivado diretamente das contribuições de John Ruggie (1975) e Krasner (1983). Segundo Krasner (2012, p. 93), em artigo traduzido para o português de sua obra original de 1983, os regimes internacionais são definidos como um “conjunto de

¹⁴ Conforme alguns autores alertam, os programas desenvolvidos pelos organismos multilaterais de cunho econômico, como BID, BIRD e outros, não possuem neutralidade. Suas “preocupações sociais” são forjadas em uma espécie de progressismo conservador, traduzido na busca por mudanças para melhorar a sorte dos muito pobres e vulneráveis, mas sem provocar rupturas ou transformações sociais (cf. MELO; MOURA, 1990).

princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores”.

Keohane (2005, p. 56-57) complementa a definição de regimes internacionais e assevera que “O conceito de regime internacional não apenas nos habilita a descrever padrões de cooperação; ele também ajuda a explicar cooperação e discórdia”. Nesse sentido, portanto, é notória a estreita relação entre o processo de negociação internacional, compreendido pela cooperação, com o estabelecimento e o fortalecimento de regimes internacionais, que facilitam e propiciam um ambiente mais favorável aos processos negociais no cenário internacional, como se objetivou, por um lado, com a criação da IIRSA.

À luz disso, cabe destacar também outros dois conceitos importantes tomados do aporte teórico da vertente neofuncionalista para a sequência deste escrito. Conforme Ernest Haas (1961), um dos principais teóricos do Neofuncionalismo, a integração tem como base questões além das técnicas, ou seja, questões políticas e econômicas também podem dar origem ao processo de integração. Assim, destacam-se quatro motivações principais para a integração, sendo elas a obtenção do desenvolvimento econômico e o bem-estar social, a promoção da segurança comum, a vontade comum de se unificar as sociedades e o interesse de uma nação mais forte controlar os seus aliados menores.

O autor ainda elucida que a integração ocorre a partir de um núcleo central que avançaria rumo ao aprofundamento da integração, criando instituições supranacionais. Isso, por sua vez, leva à mobilização de outros atores e sociedades interessadas na cooperação.

Assim, o conceito de *spill over* trazido por Haas (1961), através de um núcleo funcional, provoca estímulos à integração de novos atores e setores no processo. Nesse sentido, para que a integração tenha sucesso, tende a haver um compromisso ideológico que gera um compartilhamento de interesses, valores e sociedades, resultando na transferência gradual de lealdades dos atores domésticos para uma Organização Internacional vinculada a uma expectativa de ganhos.

Sustentamos, portanto, que a IIRSA, nesse sentido, é a consequência do aprofundamento da integração, esta, por sua vez, como um fator geopolítico provocado pela conjuntura pós-Guerra Fria, e do *spill over*, uma vez que em um primeiro momento teve-se uma integração relativamente restrita, mas que depois gerou novas questões que trouxeram o aprofundamento da integração entre os países membros por meio do *spill over* que, de certa forma, permitiu que os interesses regionais se tornassem mais importantes, em certa medida, que os individuais. Assim, a IIRSA se configura como sendo uma garantia da integração e que trouxe consigo um novo centro de fidelidade entre seus países membros.

Flemes (2010) atenta para o fato de que os projetos de integração são instrumentais em originar precursores de uma cooperação nos sistemas regionais e globais. Na

prática, a própria IIRSA, impulsionada pelo Brasil e pela Venezuela, se baseia em interesses comuns e pode funcionar sem a necessidade de convergência política e ideológica. Como consequência, o que se tem é o estabelecimento de uma rede de corredores de energia, transporte e comunicação que ligam os centros econômicos do subcontinente. Foi considerado que o Brasil, como sendo a maior economia da América do Sul, se beneficiaria fortemente com a evolução de infraestruturas melhoradas ao passo em que garante segurança energética.

Outro exemplo claro das vantagens proporcionadas pela IIRSA desde sua concepção estaria associado ao fato de que os petrodólares de Chávez passariam a ser vistos receptivamente como investimento para a consolidação da base geoestratégica do Brasil, mesmo havendo dissidências políticas e ideológicas que separam não somente o Brasil e a Venezuela, mas também todo o subcontinente da América do Sul, onde diversas economias políticas avançaram desde 1990 (FLEMES, 2010).

Assim, foi perceptível a tentativa do governo brasileiro em tentar superar as clivagens políticas e ideológicas guiando os Estados da região rumo ao objetivo comum de consolidar um espaço sul-americano. Para Burges (2008), o modo como isso se deu foi através da consolidação do que seria uma “hegemonia consensual”, cujas ideias consistiram na proteção da democracia, do crescimento econômico e nas respostas regionalizadas aos desafios construídos pela globalização mediante acordos multilaterais na América do Sul. Segundo o autor, tal abordagem foi comprovada e empregada pelo Itamaraty e pelas instituições multilaterais com maior interesse na região (BURGES, 2008, p. 85).

Ainda que o argumento de Burges não seja consenso entre os analistas que tratam do assunto, é fato que à época das discussões relativas à IIRSA, o Brasil havia conseguido garantir algumas vantagens que lhe permitiu, inclusive, ser a maior economia regional em termos de exportação de produtos manufaturados. Os diplomatas brasileiros ainda destacam a estratégia de impulsionar respostas coletivistas baseadas na discussão e na inclusão como um dos seus pontos fortes. Nos âmbitos da IIRSA e da UNASUL, em particular, o Itamaraty articula uma agenda pluralista e lidera um discurso de criação de consenso na América do Sul (Ibid: 76-77).

Tal como Daniel Fletes (2010) aponta e, conforme este trabalho assume como hipótese, o governo Lula da Silva garantiu ao Brasil o status de estabilizador sul-americano ou simplesmente apaziguador ao destacar as políticas de defesa e segurança regionais. No entanto, as políticas regionais que dizem respeito à economia, energia e infraestrutura nacional têm o intuito de maximizar os benefícios nacionais vis-à-vis um custo mínimo de investimentos.

No que se refere à hegemonia brasileira a ser estabelecida no continente sul-americano por meio da IIRSA, para os estudiosos desta linha, isso seria estabelecido mediante a resposta do Itamaraty em ampliar a longo prazo o seu foco na soberania e autonomia para o nível continental, envolvendo-se em torno de preocupações regionais centrais. Assim, o foco foi dado rumo à proteção da democracia, na interpretação

da economia liberal de uma maneira que facilitaria o rápido crescimento econômico, bem como nas respostas regionalizadas aos desafios da globalização. Ao somar esses fatores, o governo brasileiro buscou apresentar o desenvolvimento nacional e a consolidação democrática como sendo não apenas interdependentes, mas também fundamentadas no contexto regional e global.

Para Burges (2008), duas ideias estão no centro da IIRSA como projeto regionalista, ao passo que cada uma é utilizada explicitamente a fim de fazer avançar o que o Itamaraty visualiza e “vende” como sendo os interesses do Brasil e da região. A primeira pode ser condensada em uma noção de segurança econômica coletiva e magnetismo de mercado. A segunda se refere ao multilateralismo, que une o *ethos* desenvolvimentista dos instrumentos regionalistas à substância da hegemonia. Em cada caso, as ferramentas regionais utilizadas pela IIRSA para impulsionar uma resposta coletivizada às pressões internacionais, a partir do fim da Guerra Fria, assumiram uma forma multilateral baseada no debate e na inclusão. Mas vale ressaltar que independentemente da capacidade do Brasil de impor uma determinada interpretação ou ação, fosse ela hegemônica ou não, através da IIRSA, é notório que o Itamaraty buscou deliberadamente se contrapor a sugestões que o viam como dono de uma agenda particularista, dando prosseguimento a um programa de criação de consenso na América do Sul.

No caso das respostas às propostas da evolução da IIRSA, o poder exercido pelo Brasil foi através da proposição das ideias iniciais e subseqüentes orientações das discussões. Esse padrão foi posteriormente refletido no âmbito global, tendo o Brasil se posicionado como um dos principais atores das negociações da Rodada Doha da OMC, ao liderar o grupo dos 20 países em desenvolvimento (G20) com uma formação de posições detalhadas e técnicas. O resultado disso foi um pacote que ofereceu aos países subscritores maior inserção internacional na economia global, tais como infraestrutura física revisada com financiamento mais facilitado por meio de agências, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Fonplata e, de forma significativa, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para o Brasil, seus custos consistiram, principalmente, na coordenação de reuniões multilaterais e no diálogo sustentado, com o objetivo de propagar uma visão da América do Sul em todo o continente. Burges (2008) afirma, assim como este trabalho reconhece, que em um nível tradicional de análise de poder, as ideias da iniciativa brasileira podem, na melhor das hipóteses, ser categorizadas como um sucesso parcial. Mas, a análise muda se considerarmos o advento da Alternativa Bolivariana para as Américas lançada pelo venezuelano Hugo Chávez. Para o autor, a América do Sul ganhou força considerável como base de disputa para um poder hegemônico, levando a uma competição entre o Brasil e a Venezuela durante o segundo mandato presidencial de Lula para definir exatamente o que era a América do Sul e como ela deveria operar.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão e considerando o esforço analítico proposto por este trabalho, pode-se afirmar, portanto, que o projeto da IIRSA se traduz em um instrumento capaz de fortalecer a atuação brasileira *pari passu* a uma tentativa de precipitar um processo de formação de região na América do Sul centrado no Brasil. Para isso, utilizou-se as forças coletadas dos Estados do continente como uma plataforma para melhorar a inserção brasileira no contexto sul-americano e, em última instância, no Sistema Internacional, oferecendo alguma seguridade à autonomia regional.

Em sua concepção, o projeto foi sutil, mas abrangeu seu escopo ao buscar unificar questões díspares, como comércio, integração de infraestrutura física, segurança tradicional, a necessidade de proteção da democracia, novas questões de segurança e cooperação internacional.

Em um estudo realizado pela Rede Brasil¹⁵ sobre instituições financeiras multilaterais, mais especificamente sobre o papel do BID, é apontado que esta instituição financeira assume um discurso pautado no exercício de um novo marco estratégico, no qual chama a atenção a proposição de “ações para melhorar o bem-estar da população da região, pondo ênfase nos setores mais pobres”. Em contrapartida, tal como Vitte (2006) e este trabalho sustentam, esta “preocupação social” detém, na verdade, uma visão economicista de desenvolvimento, cujo desenvolvimento humano integral não se constitui como uma prioridade, muito menos a garantia de autonomia dos indivíduos, uma relação saudável com o meio ambiente, com os saberes tradicionais nem com os modos de vida e culturas das comunidades.

Além disso, o BID tem o evidente intuito de promover a abertura dos mercados para as grandes empresas da economia global, em contexto de reformas estruturais dos Estados à guisa de iniciativas neoliberais. Ele adota a noção de que as políticas de integração regional devem basicamente integrar as economias ao resto do mundo, estimular mercados privados e modernizar instituições, visando melhorar a competitividade na globalização. Além disso, cabe ressaltar o esforço do BID em compatibilizar as políticas macroeconômicas entre os países, principalmente nas áreas cambial e fiscal, bem como nos sistemas tributários, juntamente ao seu esforço em apoiar as negociações com a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Porém, ainda que o BID esteja pensando na ALCA, é importante ressaltar que a IIRSA seguia na mesma linha estratégica do MERCOSUL de garantir uma autonomia regional e impedir o projeto de integração idealizado pelos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Roberto. (1994), “A política externa brasileira e o ‘sentimento de exclusão’”. In: FONSECA

15 A Rede Brasil atua no monitoramento do financiamento ao desenvolvimento e das políticas que nortearam o desenho das instituições e programas vinculados às diretrizes do desenvolvimento nacional e regional no Brasil.

JR., Gelson & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (orgs.). **Temas de política externa brasileira II**, São Paulo, Paz e Terra, vol. 1.

AMORIM, Celso. Discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de secretário-geral das Relações Exteriores, em Brasília. In: **Política externa do governo Lula: os dois primeiros anos**. Rio de Janeiro: OPSA/IUPERJ, 2005. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/5_analises_Artigo%20Celso%20Amorim.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

ARAÚJO CASTRO, João Augusto de. (1982), **Araújo Castro**. Brasília, Editora da UnB. BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). (1993), **A inserção internacional do Brasil: a gestão do ministro Celso Lafer no Itamaraty**. Brasília, MRE.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e política exterior Estados Unidos, Brasil e América Sul**. Luiz Alberto Moniz Bandeira. - 2. ed. - Brasília: FUNAG, 2010. 124p.

BID/CAF/FONPLATA. **Plan de acción para la integración de la infraestructura regional en América del Sur**. Montevideo: Comitê de Coordinación Técnica, dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.iirsa.org>>. Acesso em 12 jul. 2018.

BURGESS, Sean. “**Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War**,” *International Relations*, Vol. 22, No. 1, April 2008.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

CARDOZO, Sandra Aparecida; MIYAMOTO, Shiguenoli. **Política externa brasileira em dois momentos: uma análise comparativa entre a política externa do governo Geisel e do governo Lula**. Trabalho apresentado no 5o Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), UFMG, Belo Horizonte, 26-29 jul. 2006. Disponível em: <http://200.186.31.123/ABCP/cadastro/atividade/arquivos/21_7_2006_17_18_22.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CORDESMAN, Anthony H.; KLEIBER, Martin. **The Asian Conventional Military Balance in 2006: Overview of Major Asian Powers**. Working Draft for Review and Comment. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2006. p. 11-23.

DANESE, Sérgio. **A escola da liderança**— ensaios sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FLEMES, Daniel. **Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers**. *World Politics*. 2010.

FONSECA Jr., Gelson. (1998), **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo, Paz e Terra.

FUCCILLE, Alexandre; PEREIRA, Lucas Rezende. **Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Uma Nova Perspectiva**. *Revista Contexto Internacional* Vol. 35, Nº 1, 2013 ed. Rio de Janeiro: 2014. 28p. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/3artigo351.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. 3.ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS; Contraponto, 1999.

HAAS, Ernst B. **International Integration: The European and the Universal Process**. *International Organization*, 15, p. 366-392, 1961.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Brasil, 2004.

HERMANN, Charles F. **Changing course: when governments choose to redirect foreign policy.** *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

IKENBERRY, G. John. **After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars.** Princeton University Press. 2001.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). Complex irregular warfare – the psychological component. **The Military Balance**, v. 107, n. 1, p. 415-420, 2007.

IIRSA. **Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana.** <<http://www.iirsa.org>>. Último acesso em: 30 jun. 2018.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: Cooperation and discord in the world political economy.** Princeton University Press, 2005.

_____; NYE, Joseph S. (1989), **Power and interdependence.** Boston, Scott, Foresman and Company.

KRASNER, Stephen D. **International Regimes.** Cornell University Press. 1983.

_____. **Global Communications and National Power: Life on the Pareto Frontier.** *World Politics*, vol. 43, n. 3 (Apr., 1991).

_____. **Causas estruturais e consequências dos Regimes Internacionais:**

Regimes como variáveis intervenientes. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v.20, n.42, p. 93-110, jun. 2012.
LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

MELO, Marcus; MOURA, Alexandrina. Políticas públicas urbanas no Brasil: uma análise dos projetos do Banco Mundial. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n. 4, 1990.

MELLO, Flavia de Campos. (2000), **Regionalismo e inserção internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90.** Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

NASSER, Bianca. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro: BNDES, v. 7, n. 14, dez. 2000.
PAIM, Elisangela Soldatelli. **IIRSA: É esta a integração que nós queremos?** Porto Alegre: Amigos da Terra, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br>>. Acesso em 28 jul. 2017.

REDEBRASIL. **BID: O Banco da Alca?** Brasília: REDEBRASIL. Informe n. 17, ago. 2004. Disponível em: <www.rbrasil.org.br>. Acesso em 10 jul. 2018.

RUGGIE, John G. **International organization.** Cambridge University Press. 1975.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. “Defesa” ou “segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, p. 407-433, 2011.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel “A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação” in **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, 2007.

_____; OLIVEIRA, Marcelo F de; CINTRA, Rodrigo “Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração” in **Revista Tempo Social**, v. 15, n.2, 2003.

_____; La via del Pragmatismo Responsabile: la politica estera del Brasile. **Politica Internazionale**, Roma: IPALMO/La Nuova Italia Editrice, v. 11-12, nov./dic. 1974.

_____; MARIANO, Marcelo Passini. Alca light. **Política Externa**, v.13, n.2, p. 45-52, 2004.

_____; RAMANZINI JR., Haroldo. Pensamento brasileiro e integração regional. **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 437-487, jul./dez. 2010.

VILLA, Rafael Duarte. EUA-América do Sul: dinâmicas do complexo de segurança regional. In: CEPIK, M. **Segurança internacional: práticas, tendências e conceitos**. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____; VIANA, Manuela Trindade. Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, edição especial, p. 91-114, 2010.

VITTE, Silva. **Integração, soberania e território na América do Sul: um estudo da IIRSA (Iniciativa de integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana)**. Terra Livre, v. 2, n. 27, 2006. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/407/386>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

América do Sul 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 20

B

Brasil 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 44, 45, 46, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 68

C

Candidatura 25, 33, 34, 40, 41, 42, 43, 45

Classe política 50, 51, 53

Conselhos de Vizinhança 23, 26

Cultural de Massa 56

D

Democracia 3, 5, 15, 17, 21, 25, 26, 28, 30, 31, 34, 35, 50, 52

Democracia Participativa 21

E

Economia da Cultura 56, 59, 68

Eleições Gerais 33, 34, 40, 42, 44

Empregos Culturais 59, 68

Estado 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 18, 22, 26, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 66, 68

Estado Tecnocrático 47, 52, 53, 55

G

Geopolítica 1, 2, 9, 18

Governança Eleitoral 33, 34, 35, 36, 38, 39, 44, 45, 46

Governo 2, 3, 6, 7, 10, 13, 15, 16, 18, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 31, 35, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 64, 67

Governo FHC 7, 10

Governo Lula 2, 7, 10, 15, 18

Guerra Fria 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 16

H

Hemisfério Sul 1, 6, 11

I

IIRSA 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Impugnação de Candidaturas 33, 43, 45

Indústria 56, 57, 58, 59, 68

Informalidade 66

Institucionalização Partidária 26, 29

Instituições 5, 7, 9, 12, 14, 15, 17, 21, 23, 25, 26, 30, 35, 48, 52

Instituições Participativas 21, 26, 30

Integração Regional 1, 3, 5, 10, 12, 13, 17, 20

J

Justiça Eleitoral 33, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46

M

Montevideu 21, 22, 23, 26

Movimentos Sociais 50, 51, 53

Mulheres 60, 62

N

Nível de Escolaridade 58, 62, 63, 64

O

Organização 5, 6, 7, 10, 14, 22, 23, 24, 26, 29, 34, 38, 39, 47, 48, 50, 57, 59

P

Paraíba 33, 34, 40, 41, 42, 44, 45, 60

Partidos 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 51, 53, 57

Política 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 39, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 66, 68, 69

Políticas Culturais 56, 58, 59, 68

Porto Alegre 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 32

R

Renda 56, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 68

S

Sistema Eleitoral 22, 23, 25, 26, 29, 35

Sistema Partidário 22, 23, 25, 26

Sistema Político 23, 24, 25

Sociedade 13, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 47, 48, 53, 55, 59, 62

T

Técnica 18, 47, 48, 53, 54, 55, 69

Tecnocracia 47, 48, 52, 53, 54, 55

Trabalhadores da Cultura 56, 58, 59, 68

 **Atena**
Editora

2 0 2 0